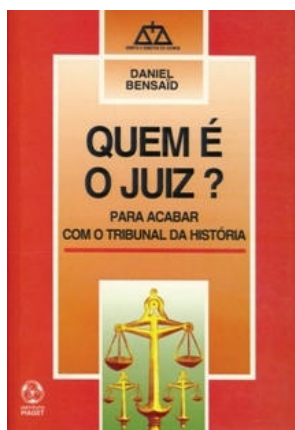


Boletim de Informação Bibliográfico

0113/2010

DIREITO (3)



Código: DDH 013
N.º 13 / 270 p.
Ano 2001

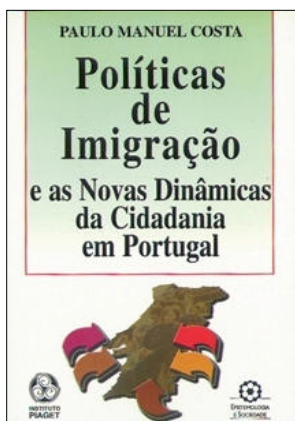
COLECÇÃO – DIREITO E DIREITOS DO HOMEM

QUEM É O JUIZ? | Para acabar com o Tribunal da História

Daniel Bensaïd – Doutor em Filosofia, é professor na Universidade de Paris VIII

A ideia deste livro partiu, segundo o autor, de uma constatação e de uma inquietude: um frenesim de julgamento assombra a nossa época. Toda a gente pretende julgar toda a gente. A escalada penal é pensada como paliativo do declínio do civismo. Esta crítica do julgamento apoia-se nos desafios judiciais contemporâneos: o processo Papon, o caso Pinochet, a criação do Tribunal Penal Internacional. Que uso fazer do crime contra a humanidade, quando a sua definição não pára de evoluir? Como julgar os ditadores? Como não confundir os papéis do testemunho e do perito, do juiz e do historiador quando a imprescritibilidade do crime se encavalita no tempo da história e no do tribunal?

ISBN: 978-972-771-366-0



Código: ES 224
N.º 224 / 234 p.
Ano 2004

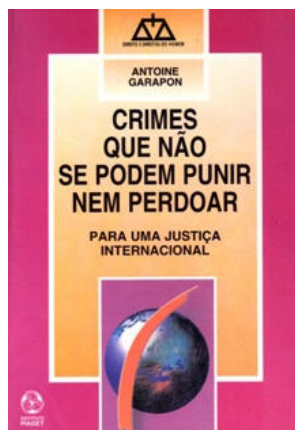
COLECÇÃO – EPISTEMOLOGIA E SOCIEDADE

POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO | e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal

Paulo Manuel Costa – Mestre em Ciência Política e licenciado em Direito; é docente e autor de vários artigos científicos e obras sobre migrações

Nos últimos anos, a imigração tem ocupado um lugar central no debate político nas sociedades ocidentais. Esta situação é o resultado de vários factores, entre os quais podemos assinalar o aumento da pressão imigratória e o aumento do período de permanência dos imigrantes nos países de acolhimento. O objectivo deste trabalho é examinar o modo como as medidas adoptadas em Portugal, em matéria de política de imigração, se reflectiram no estatuto dos imigrantes e as mudanças que implicaram no conceito de cidadania.

ISBN: 978-972-771-753-8



Código: DDH 021
N.º 21 / 288 P.
Ano 2004

COLECÇÃO – DIREITO E DIREITOS DO HOMEM

CRIMES QUE NÃO SE PODEM PUNIR NEM PERDOAR | Para uma Justiça Internacional

Antoine Garapon – Colabora com o Instituto de Altos Estudos de Justiça e com a Revista *Esprit*, em França; é autor reconhecido de várias obras de Direito

Tudo começa em Nuremberga e em Tóquio, e se precipita após o fim da Guerra Fria: em Março de 1999, a imunidade do general Pinochet é levantada pelos lordes britânicos, a pedido de um juiz espanhol. Dois meses mais tarde, pela primeira vez na história, um chefe de Estado em exercício de funções, Slobodan Milosevic, é acusado, detido e julgado perante o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIJ). Posteriormente, no dia 1 de Julho de 2002, nasce o Tribunal Penal Internacional...

ISBN: 978-972-771-708-8



Cód.: DDH 023
N.º 23 / 594 p.
Ano 2006

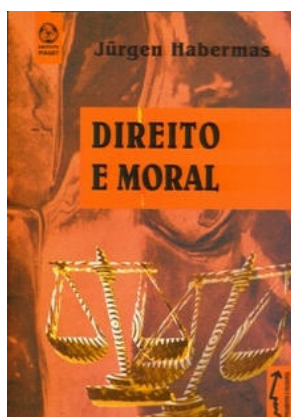
COLEÇÃO – DIREITO E DIREITOS DO HOMEM

TRATADO DE ARGUMENTAÇÃO

Chaïm Perelman (1912-1984) | Lucie O. Tyteca – *Perelman, foi um Filósofo e um teórico do Direito. Polaco, foi professor universitário em Bruxelas. Tyteca, filósofa, foi assistente e colaboradora do primeiro*

Diz-nos a co-autora desta obra que sempre teve a impressão de que a psicologia social, teve tendência para considerar como estabelecido que o irracional, a sugestão, prevaleciam nas relações humanas quando se saía da serena cidade dos sábios. Este Livro, faz sair da mentira a arte da persuasão, privilegiando a liberdade de discussão, contra o fanatismo e o cepticismo. A obra postula um modelo de sociedade que nos permite operar escolhas em bases racionais...

ISBN: 978-972-771-838-2



Código: PF 047
N.º 47 / 128 p.
Ano 1999

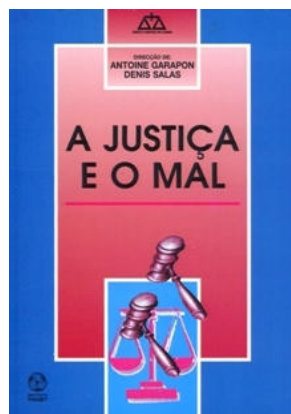
COLEÇÃO – PENSAMENTO E FILOSOFIA

DIREITO E MORAL

Jürgen Habermas – *Célebre Sociólogo e filósofo alemão, fez parte da Escola de Franckfurt; actualmente dirige o Instituto Max Plank*

Retiradas dos trabalhos preparatórios para *Direito e Democracia*, onde Habermas desenvolve a sua filosofia do direito, estas duas conferências sobre a relação entre o direito e a moral inscrevem-se no contexto de um debate sobre a sociedade moderna. Contestando o cepticismo de Max Weber, procura demonstrar que o direito deve, sempre, a sua legalidade ao facto de as normas jurídicas serem racionais, sobretudo ao seu fundamento moral. A segunda conferência critica a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann e procura mostrar que, a ideia de estado de direito não perde aí, de forma alguma, o seu sentido normativo.

ISBN: 978-972-171-201-0



Cód.: DDH 010
N.º 10 / 200 p.
Ano 2000

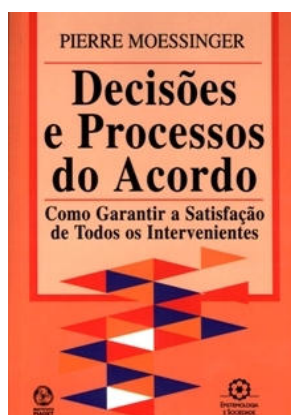
COLEÇÃO – DIREITO E DIREITOS DO HOMEM

A JUSTIÇA E O MAL

Antoine Garapon – *Autor já referenciado; cabe ainda referir que foi juiz do Tribunal de Menores, França*

As nossas democracias mostram-se, hoje, muito desdenhosas em matéria de moral pública. Com efeito, esta operou o seu regresso sob a pior das formas: o escândalo. Corrupções, desvios financeiros, histórias sórdidas... Por vezes estas três vertentes reúnem-se e não tardamos em suspeitar de toda a classe política. A justiça é chamada a dar o seu contributo e acaba por sair do seu papel a cada dia que passa, pede-se-lhe cada vez mais para resolver conflitos morais. O mal já não se pode reduzir ao «tratamento» dos criminosos ou a estatísticas: a questão que ele levanta é de natureza profundamente política!

ISBN: 978-972-771-206-9



Código: ES 147
N.º 147 / 160 p.
Ano 2000

COLEÇÃO – EPISTEMOLOGIA E SOCIEDADE

DECISÕES E PROCESSOS DO ACORDO | Como Garantir a Satisfação de Todos os Intervenientes

Pierre Moessinger – *Professor na Universidade de Genebra, Suíça*

A questão de saber como dividir qualquer coisa por vários indivíduos pode ser simples ou complicada. Torna-se complicada quando os intervenientes estão em desacordo no que respeita à sua parte ou ao seu direito, ou quanto à parte ou aos direitos dos outros participantes na partilha. Neste caso, em geral, recorre-se a arbitragens. Existem, contudo, processos – que são aqui examinados – que permitem evitar o recurso a um árbitro. Este livro trata a questão de saber como decidir e partilhar para garantir a satisfação de todos os intervenientes. São também encarados processos de negociação que são aceitáveis para todos e que levam à unanimidade e ao consenso.

ISBN: 978-972-771-317-2